

12º Congresso
Brasileiro
de Sistemas
ISSN: 2446-6700

Complexidade em tempos de crise:
Diálogos entre economia, sustentabilidade e visão sistêmica

Universidade Federal de Uberlândia - MG
03 e 04.11.2016

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE OS PRESSUPOSTOS QUE GUIAM NOSSO DESENVOLVIMENTO.

Leonardo Henrique Cardoso Andrade

*Centro Universitário Municipal de Franca -
Uni-Facef
leo.hca@gmail.com*

Hélio Braga Filho

*Centro Universitário Municipal de Franca -
Uni-Facef
hgt@com4.com.br*

Resumo

O presente artigo trata-se de um debate, através de uma avaliação qualitativa dos pressupostos teóricos presentes na formulação das Políticas Públicas brasileiras, voltadas para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, à luz da Teoria dos Sistemas Sociais. Para realiza-lo, foram pesquisadas as premissas e pressupostos teóricos que baseiam as ações governamentais, assim como demais instituições sociais responsáveis por promover o desenvolvimento. As premissas e pressupostos foram analisados à luz da teoria sistêmica, onde buscamos organizar um esquema de análise sistêmica sob duas óticas: a) Dimensões do Desenvolvimento e, b) Instituições Sociais, facilitando o entendimento das forças presentes no sistema social. Buscou-se fazer uma comparação histórica das políticas de desenvolvimento brasileira comparativamente com os pressupostos da Sustentabilidade à luz da Teoria Sistêmica. De onde pudemos constatar um viés preferencialmente econômico guiando as instituições sociais, o que de certa maneira, tem colocado, estas mesmas instituições no caminho contrário ao da sustentabilidade.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, Teoria Sistêmica.

Abstract

This article deals with is a qualitative debate, discussing the theoretical assumptions present at the formulation of Brazilian Public Policy, that aim a promoting of a sustainable development, in the light of the Theory of Social Systems. To realize it, were surveyed the theoretical assumptions presents in the government actions, through Public Policies, as well as in the social institutions responsible for promoting development. The assumptions were analyzed in the light of systems theory, where we seek to organize a systemic analysis scheme under two points of view: a) Dimensions of Development and b) Social Institutions, facilitating the understanding of the forces present in the Social System. We tried to make a historical comparison of Brazilian development policies compared to the assumptions of Sustainability in light of Systemic Theory. Where we could see, one preferably economic bias guiding social institutions, which in a way, have placed these same institutions in the way contrary to sustainability.

Keywords: Sustainability, Public Policies, Systems Theory.

Introdução

O paradigma positivista, que veio a surgir no século XIX fundamentando o desenvolvimento de toda a ciência, proporcionou, sem sombra de dúvidas, avanços importantes para a cultura humana. Porém, com o advento da pesquisa sistêmica, a partir da década de 1930, novos olhares sobre a realidade vieram à tona, modificando a forma das investigações científicas, com o advento de um novo paradigma epistemológico.

Como sabe-se, a fragmentação das ciências em blocos específicos de estudo, teve seus méritos, porém, as interconexões e inter-relações entre as áreas do conhecimento que foram deixadas de lado, esconderam importantes aspectos que podem nos ajudar a entender alguns fenômenos sociais importantes. Inter-relações por exemplo: entre o desenvolvimento social, medido pelos índices de associatividade presentes na composição do Capital Social e o desenvolvimento econômico, medido pelo aumento da produção; desenvolvimento humano medido pelos níveis educacionais e técnicos da sociedade com o desenvolvimento tecnológico, medido pelas criações que proporciona; entre outras.

Assim, esse paradigma fragmentário permeou todo o desenvolvimento das sociedades e suas instituições. As políticas públicas refletiram essa mesma fragmentação, criando políticas específicas para cada uma das áreas de interesse, pois, como pode ser observado, as políticas econômicas não levaram em conta as políticas sociais, assim como não levaram em conta as ciências naturais, muito menos o uso de recursos naturais que temos à nossa disposição. Ademais, muitos problemas que enfrentamos hoje, como por exemplo o aquecimento global, foram construídos por deixarmos de lado a visão do todo, acreditando que em entendendo as partes, seríamos capazes remontar o todo e, compreender sua complexidade.

Dessa maneira, o presente artigo, visa debater os pressupostos teóricos contidos na formulação de políticas públicas à luz dos conceitos de sustentabilidade, numa perspectiva sistêmica de análise, onde buscamos analisar os pressupostos contidos nas teorias que basearam, ou que baseiam, as decisões dos atores e ou instituições sociais.

1. População, Economia e Meio Ambiente

Não é recente a inquietação e o debate entre os pesquisadores/cientistas, líderes políticos e, intelectuais pertencentes a diferentes áreas do conhecimento científico, em relação a amplitude e complexidade dos problemas da humanidade. Na década de 1970, o mundo encontrava-se em termos político-ideológico, dividido entre países socialistas e países capitalistas. Por sua vez, 2/3 da população mundial fazia parte do mundo subdesenvolvido, isto é, do chamado Terceiro Mundo.

A população mundial aumentou de 3,68 bilhões em 1970, para 7,26 bilhões de habitantes em 2014. Na Europa, Austrália e Nova Zelândia, Canadá, Japão e EUA, a população passou de 1,054 bilhões em 1970, para 1,249 bilhões de habitantes, ou seja, este pequeno grupo que representavam 28,6% da população mundial em 1970, em 2014 passou a responder por apenas 17,1%. Já a África, Ásia e América do Sul, em conjunto, somavam em 1970 o equivalente a 2,631 bilhões de habitantes, ou ainda, respondiam por 71,5% da população mundial e, em 2014, a população total deste mesmo grupo alcançou os 5,918 bilhões de habitantes, respondendo assim, por 81,4% da população mundial.¹

Em termos econômicos, o grupo formado pela Europa, Austrália e Nova Zelândia, Canadá, Japão e EUA, produziu em 1970, um PIB da ordem de US\$ 2.807 trilhões, o que chegava a representar 82,6% do PIB mundial e, que resultaria de um PIB *per capita* médio de US\$ 2663 por ano. Isto é, menos de 30% da população respondia por mais de 80% da riqueza

produzida no planeta, denotando profunda concentração da produção mundial de bens e serviços.

No outro extremo, África, Ásia e América do Sul, teriam produzido em 1970, um PIB de US\$ 731,3 milhões de dólares, o que em termos *per capita* significaria reduzidos US\$ 277,8 dólares anuais.²

O fosso que separava as nações industrializadas e desenvolvidas do núcleo do capitalismo daquelas do Terceiro Mundo, era sem dúvida enorme. Nas primeiras, prevaleciam elevado padrão material de vida, sobretudo de consumo, progresso técnico e científico, elevado nível de educação em saúde, enquanto nas regiões subdesenvolvidas, coexistiam reduzido padrão de vida e de consumo, elevados níveis de analfabetismo e de mortalidade, ausência e/ou lento avanço técnico-científico, entre outros sintomas.

Diante deste cenário, o que poderia acontecer com o ingresso dos países subdesenvolvidos ao mundo desenvolvido? A resposta oferecida pelo Clube de Roma com o estudo “The limits to growth”, em 1972, já predizia uma crise sem precedentes.

[...] Os autores do estudo formularam-se a seguinte questão: que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo de controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (Furtado, 1974, p. 19)

Decorridos pouco mais de duas décadas, outra pesquisa relacionando desenvolvimento, população e meio ambiente, também indagava a respeito dos efeitos que poderiam se manifestar sobre o meio ambiente, em decorrência da propagação em escala planetária da expansão da produção e do consumo.

Dessa análise, pode-se deduzir que a trajetória futura da problemática ambiental mundial dependerá basicamente da evolução de dois fatores: a) do grau de incorporação de países atualmente subdesenvolvidos aos padrões de consumo que prevalecem nas sociedades industrializadas; b) do ritmo de desenvolvimento e adoção

de tecnologias que permitam padrões de produção e consumo mais condizentes com o bem-estar ambiental [...] (Martine, 1996, p. 25)

De lá pra cá, apesar da enorme quantidade de publicações científicas, do debate no meio acadêmico, bem como dos eventos internacionais envolvendo cientistas especialistas, líderes de governo, como também da farta documentação exibida pela mídia televisionada e impressa, entre outros, percebe-se que a questão ambiental, ainda se encontra dividida entre os otimistas inconsequentes, os apologistas da catástrofe e aqueles que defendem mudanças radicais em prol da preservação meio ambiente como forma de garantir o futuro das novas gerações.

O homem primitivo produzia alterações muito pequenas no ciclo da vida e na estabilidade dos ecossistemas, o homem moderno pode causar modificações com implicações globais. O homem, o animal racional, comporta-se frequentemente de modo impulsivo e irracional. Com uma população crescente e um planeta lotado, enfrenta ele agora as consequências da irresponsabilidade. (Gates, 1974, p.41)

A modernidade inaugurou com o rompimento do dogma religioso, uma nova etapa para a humanidade com a promessa de progresso a ser alcançado através da racionalidade protagonizada pela ciência. Nessa mesma época, a economia ganhava o status de ciência e, com ela surgia o pensamento econômico liberal formulado por Adam Smith, que acreditava que as decisões individuais seriam suficientemente capazes de promover o equilíbrio social, além do que, para este pensador da escola clássica, riqueza era sinônimo de profusão de mercadorias.

O desejo de prosperar materialmente, seria inibido por um desejo de aprovação social calcado na ética da sociabilidade, a qual parece-nos ser um mecanismo limitador das propensões da natureza humana como o egoísmo, ambição, a inveja, entre outras. Na visão de Smith, ganhos crescentes de escala seriam obtidos através da especialização proveniente da divisão do trabalho, a qual, por seu turno ao aumentar a produtividade, demandaria mercados amplos.

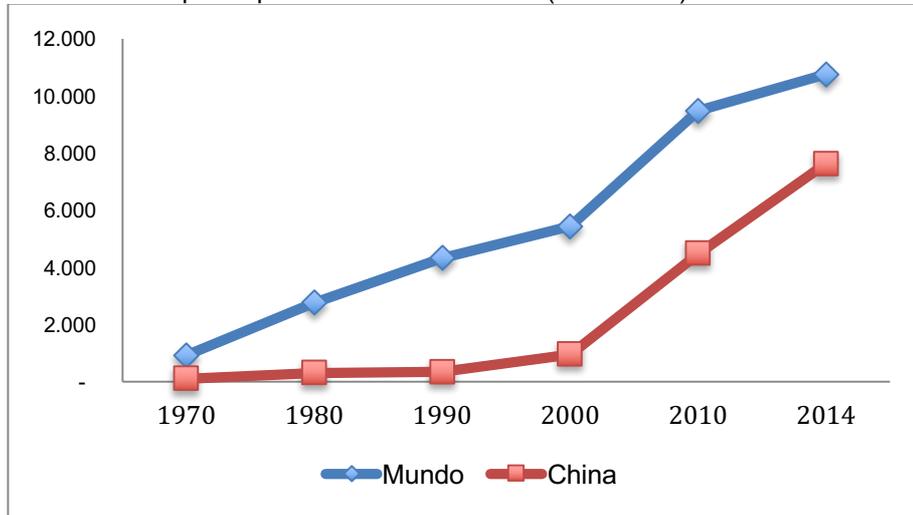
Até as décadas de 1960 e 1970, ainda imperava pronunciada desigualdade econômica e social entre os países desenvolvidos e industrializados do capitalismo central e, a grande maioria constituída pelos 80% mais pobres do mundo subdesenvolvido. Por sua vez, o mercado de consumo para bens duráveis e semiduráveis, havia atingindo considerável grau de saturação nos países ricos, além do que, deve se considerar que o ciclo de vida do produto era mais longo.

Com o advento da Terceira Revolução Industrial, tecnologias mais sofisticadas são incorporadas ao processo de fabricação, novos materiais e produtos de maior conteúdo tecnológico passaram a ser produzidos, mão-de-obra mais qualificada e novas formas de organização da produção, entre outros fatores, proporcionaram um incremento acentuado da produtividade. Ora, como, garantir aumento da produtividade e, oferecer novos produtos à mercados saturados e limitados tornava-se um grande obstáculo a ser removido. Diante disto, a globalização dos mercados ampliaria sobremaneira as fronteiras de produção e consumo, além do que, as constantes inovações tecnológicas acelerariam a obsolescência e encurtariam o ciclo de vida do produto, estimulando, por sua vez, ainda mais o consumo.

Nas últimas quatro décadas – 1970 a 2014 –, grandes mudanças ocorreram na economia e na população em escala global. A população total do planeta quase que dobrou, de 3,6 bilhões em 1970, alcançou os 7,2 bilhões de habitantes, ou seja, em porcentagem acumulada teria atingido um aumento de 97,3%. Já o produto total da economia mundial saltou de US\$ 3.399 trilhões de dólares – dólares a preços correntes – em 1970, para US\$ 78.037 trilhões, o que em porcentagem acumulada representaria uma variação da ordem de 2.195% - de acordo com as estatísticas da UNSTATS. Ainda segundo a mesma fonte das Nações Unidas, o comércio internacional também experimentou notável expansão, tanto que, as exportações mundiais cresceram de US\$ 381,7 bilhões em 1970, para US\$ 23,8 trilhões –

dólares a preços correntes – em 2014, além disto, como porcentagem do PIB, de 11,2% passaram a responder por 30,5%, respectivamente.

Gráfico 1: PIB per capita mundial e da China (US dollars) – anos diversos.



Fonte: UNSTATS, Elaboração dos autores.

Nas três décadas – 1970 a 2000 – o PIB *per capita* mundial quase que sextuplicou, aumentou 5,88 vezes, contudo, de 2000 a 2014, experimentou um incremento de 1,97 vezes. Já a China, entre 1970 e 2000, o produto por habitante cresceu 8,57 vezes, conquanto de 2000 a 2014, sofreu ligeiro recuo, pois o aumento foi de 8,0 vezes.

Paralelamente à expansão do PIB *per capita* mundial, sobretudo nas economias emergentes, em escala global, o consumo final das famílias e do governo registraram robusto crescimento.

Tabela 1: Consumo final das famílias (US dollars a preços correntes) em países e continentes selecionados: 1970 e 2014

Países e Continentes	Consumo das Famílias	
	1970	2014
Austrália e Nova Zelândia	35.759	1.242.586
Canadá	66.877	1.372.560
Europa	961.523	16.796.454
Japão	123.975	3.739.851
EUA	842.100	14.422.207
China	59.293	5.362.647
América do Sul	92.605	3.598.109
Ásia	354.211	16.927.179
África	81.872	1.937.912
MUNDO	2.491.102	57.835.752

Fonte: UNSTATS (National Accounts), Elaboração dos autores.

Esta expansão do consumo, notadamente o consumo das famílias, por um lado, estariam estimulando a produção industrial e o setor de serviços, o que significa geração de empregos, salários e lucros corporativos, contudo, por outro lado, a pressão exercida sobre os recursos naturais combinada com os efeitos oriundos do processo de transformação industrial, com certeza, em grande medida, contribuem decisivamente para exaustão de recursos naturais não renováveis e, pelo aumento da poluição ambiental em escala global.

Este mesmo processo tem ao longo das décadas, de acordo com os estudos de especialistas, provocado profundas mudanças no clima e na temperatura do planeta – basta verificar os efeitos em escala global do aumento da temperatura do planeta, proveniente do efeito estufa.

O aumento da temperatura do planeta, além de provocar alteração climática, contribui para o derretimento da calota polar que, por sua vez, aumenta o nível dos oceanos, além do que, acaba desequilibrando importantes ecossistemas.

Crítica um tanto ácida relação ao pensamento econômico de Adam Smith, feita pelo historiador econômico Richard Smith sob o título “Capitalismo verde, deus fracassado” (Outras Palavras de 28/07/2016) revela o lado perverso das decisões e do egoísmo individual.

A especialização, a ausência de planejamento, a produção anárquica para o mercado, o pensamento focado na maximização dos lucros, às custas de quaisquer outras considerações, foram um motor que gerou enormes avanços na produtividade industrial e agrícola – e também a maior acumulação de riquezas a que o mundo já assistiu. [...]. O erro fatal de Adam Smith – fatal para nós – foi sua ideia segundo a qual o meio “mais efetivo” de promover o interesse público, o bem comum da sociedade, é simplesmente ignorá-lo e confiar exclusivamente na busca dos interesses egoísticos individuais. (Smith, 2016, p. 3)

O desejo de prosperar materialmente alimentado pelo egoísmo e pela ambição, podem, em certa medida, até terem dinamizado o progresso e a acumulação de riquezas, contudo, em grande medida, foram responsáveis por outros indesejáveis problemas, mesmo porque, nem todas as decisões que afetam a economia e o meio ambiente são tomadas exclusivamente por indivíduos.

As corporações não são necessariamente más. Mas o problema é que as decisões críticas que afetam o ambiente – decisões sobre o que e quanto produzir, sobre o consumo dos recursos, sobre a poluição – não estão hoje nem nas mãos da sociedade, nem nas mãos dos governos. Estão em mãos privadas, principalmente a das grandes corporações. (Smith, 2016, p.3)

O poder econômico e, por conseguinte, o poder de tomar decisões importantes sob o comando das grandes organizações, em alguma medida, está relacionado ao fato destas terem se alojado no aparelho de Estado, subordinando-o aos seus próprios interesses.

Perseguir o lucro a qualquer preço, especialmente para as empresas de capital aberto – que dele necessitam para remunerar o seus acionistas –, faz com que, grandes organizações acabem operando seus negócios de maneira que os fins justifiquem os meios. Em determinadas situações, com o propósito de aumentar o valor de mercado, empresas chegam a produzir cortes acentuados em seus custos, sobretudo os salários, para aumentarem os seus lucros.

Em outros casos, entre destinar valores maiores de gastos com prevenção que reduzam os lucros, podem justificar correr o risco e gastar menos com preservação ambiental, basta relembrar o enorme estrago que ocorreu recentemente no município de Mariana no estado de Minas Gerais provocado por uma empresa que opera no ramo da extração mineral.

Mas, não é apenas o meio ambiente que sofre com as inconsequentes e irracionais decisões tomadas por indivíduos e/ou por grandes corporações. Além das gigantes que operam no mercado financeiro, grandes especuladores – escamoteados de investidores – podem provocar distúrbios que afetam até mesmo a economia global.

O ex-presidente do FED, o Banco Central dos E.U.A., Allan Greenspan, ao declarar que a economia norte-americana exibiu uma “exuberância irracional” – quando as cotações das ações de empresas hightech atingiram valores elevadíssimos –, antevia uma bolha que depois se materializou a partir de 2000. Depois, a falta de regulamentação do mercado financeiro somado à sofisticação dos derivativos provocou uma crise de extensão global.

A política pragmática que se seguiu à crise de 2008 permitiu, sem dúvida, evitar o pior, mas não trouxe uma resposta duradoura para os problemas estruturais que tornaram a crise possível, em particular a falta gritante de transparência financeira e o crescimento da desigualdade. (Piketty, 2014, p. 460-461)

A população mundial continuará crescendo mesmo que tenha ocorrido abrupta redução da taxa de crescimento em escala mundial, a renda *per capita* deve continuar sua trajetória de alta contínua, ainda mais nas economias emergentes e, em consequência, também em escala global, o consumo deve continuar em expansão. Assim, a pressão sobre os recursos naturais deverá ser ainda maior, o que invariavelmente, caso nada ou pouco seja feito, deverá produzir e acelerar mudanças ainda mais sérias sobre o meio ambiente.

Contudo, o problema ambiental é apenas uma das faces da extensão dos problemas a serem enfrentados, tendo em vista que outra questão também preocupante, relaciona-se ao aumento da concentração da riqueza em escala global.

A riqueza dos países ricos quantificada pelo valor dos ativos financeiros não declarados nesses mesmos países, porém mantidos em paraísos fiscais, de acordo com estimativas são “maiores do que a dívida estrangeira líquida oficial dos países ricos” (Piketty, 2014, p. 454). Entretanto, convém destacar que a distribuição individual da riqueza global revela pronunciada concentração, ou ainda acentuada desigualdade.

Tabela 2: Distribuição da riqueza global

Classe de Riqueza (em dólares)	Quantidade de pessoas (em milhões)	Porcentagem	
		População	Riqueza
Mais de 1.000.000	34	0,7	45,2
de 100.000 a 1.000.000	349	7,4	39,4
de 10.000 a 100.000	1.003	21,0	12,5
menos de 10.000	3.386	71,0	3,0

Fonte: El país (17 Out. 2015), Elaboração dos autores.

Segundo o jornalista Ignácio Fariza, em matéria intitulada “1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta” baseada no Informe sobre a Riqueza Global do banco Credit Suisse

[...] 1% a população mundial, aqueles que tem um patrimônio avaliado em 760.000 dólares (2,96 milhões de reais), possuem tanto dinheiro líquido e investido quanto o

99% restante da população mundial. Essa enorme disparidade entre privilegiados e o resto da humanidade, longe de diminuir, continua aumentando desde o início da Grande Recessão, em 2008. (Fariza, 2015, p.1-2)

O que podemos constatar é que o desafio a ser enfrentado, dado a sua extensão e complexidade, demandará enorme vontade política dos governos, mudança radical nos processos de produção industrial e nos hábitos de consumo em escala planetária, inclusive a necessidade de rever o ritmo de acumulação e de concentração da riqueza no sentido de reduzir a desigualdade social.

2. Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

Ao sabor do mercado, é muito provável que as decisões tomadas pelo setor privado, notadamente pelas grandes corporações, muito pouco devem contribuir, para que mudanças mais acentuadas sejam colocadas em prática, de maneira a reverter o quadro de degradação ambiental e de desigualdade social vigente na aldeia global.

O excesso de intervenção e de regulação do Estado, pode ser nocivo, ao ponto de provocar sérias distorções sobre os mecanismos que regulam o funcionamento da economia de mercado. Da mesma forma que a lentidão, e/ou a calibragem de medidas tomadas no âmbito das políticas públicas, pode produzir resultados indesejáveis e, até mesmo retardar a correção de distúrbios que exigem maior rapidez das decisões da esfera pública.

Admitindo a hipótese de que o mercado não seja capaz o suficiente de equacionar os problemas sociais e ambientais, nos restaria então apenas recorrer ao Estado. Contudo, o que se tem observado é que a corrente neoliberal reclama cada vez mais por menos Estado, enquanto a sociedade em geral, por meio das demandas sociais, exige cada vez mais, respostas mais rápidas e efetivas do próprio Estado.

Entendemos assim, que este é um impasse que precisa ser resolvido com certa urgência, caso contrário, a amplitude e a complexidade dos problemas sociais e ambientais, poderá requerer terapias pouco convencionais para o seu devido tratamento.

Em se tratando do desenvolvimento, não deixa de ser oportuno ressaltar, que em decorrência da importância e da influência da economia.

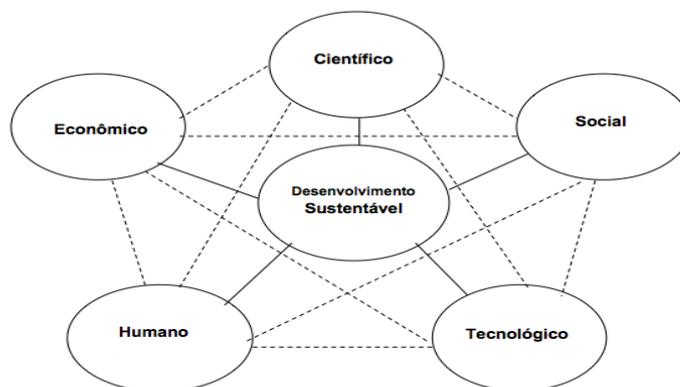
[...] os elementos para uma abordagem interdisciplinar sempre estiveram presentes neste debate, porém, as pressões do sistema capitalista conduziram a um recorte fragmentado, quase sempre pautado por interesses e indicadores econômicos [...], o desenvolvimento sustentável corresponde a uma evolução do conceito de desenvolvimento, a partir de uma visão integrada e sistêmica, e com uma análise multidimensional. (Marini; da Silva, 2012, p. 125)

Por sua vez, acrescenta-se ainda que

Para ser integrada ou holística e, desse modo, conveniente com uma “nova visão da realidade”, a abordagem deve ainda conceber a totalidade como sistema, isto é, fundada na consciência do “estado de inter-relação e interdependência”, [...]. O princípio sistêmico supõe considerar que o modo como as partes se relacionam e participam do todo é mais importante que as próprias partes, sendo esta uma questão de método fundamental da abordagem integrada. (Martins, 2002, p. 57-58)

Uma questão que pode emergir desta assertiva seria aquela na qual devemos pensar de que maneira as diferentes dimensões do desenvolvimento como o econômico, o social, o humano – as partes – se relacionam com o desenvolvimento sustentável – o todo –, visto que, desta maneira o relacionamento das partes com o todo assumiria maior relevância do que a relação das partes entre si.

Figura 1: Dimensão do desenvolvimento e suas relações



Fonte: Elaboração dos autores.

As dimensões do desenvolvimento como a econômica, social, humana, tecnológica e científica relacionam-se entre si (linha tracejada) não com a mesma importância que devem se relacionar com a dimensão todo, que é representada pelo desenvolvimento sustentável (linha contínua). Sendo o todo mais importante que as partes, é admissível supor, que o que definiria e comandaria o desenvolvimento enquanto processo de totalização, deva ser o desenvolvimento sustentável, ou a sustentabilidade.

Mas, para que isto pudesse se tornar efetivo e concreto, as partes deveriam se subordinar ao todo, além do que, muito provavelmente, conceitos devem ser revistos.

O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade. (Bresser-Pereira, 2008, p. 1)

Como reverter a prioridade dos objetivos da política pública relacionada à promoção do desenvolvimento, quando ainda a dimensão econômica da política pública e, do desenvolvimento, ocupam posição preferencial na hierarquia dos objetivos de governo, constitui desafio, sem dúvida, há ser pensado e enfrentado.

Um fato estilizado que retrata a aparente incoerência da política pública mais recente no Brasil, foi protagonizada pela expansão do crédito, principalmente para o consumo, que resultou em expansão robusta da produção e das vendas de veículos automotores. Por um lado, beneficiou-se por um tempo, a produção e o emprego ao longo da cadeia produtiva de automóveis. Por outro lado, consumidores acabaram ficando endividados, além do que, a expansão imoderada da frota de veículos, culminou com o agravamento dos congestionamentos, lentidão do fluxo de veículos, expansão do consumo de energia não renovável – gasolina e seus derivados – e, incremento ainda maior da poluição sonora e ambiental por meio da liberação de gases poluentes e nocivos.

Ademais, durante os dois mandatos de Lula, a economia brasileira ingressou num circuito virtuoso de crescimento econômico, de expansão da produção agrícola e extrativa, da produção industrial, da redução da taxa de desemprego e, de expansão das exportações, especialmente as commodities agrícolas e minerais. A redução da taxa de desemprego ampliava a massa salarial, que combinada com a política de valorização do salário mínimo e das políticas sociais de transferência de renda, mais a ampliação do crédito, garantiram por certo tempo, até 2010 – a exceção de 2009 em razão da crise global – o bom desempenho da economia do país. No entanto, o componente dinamizador do crescimento econômico, foi o consumo.

Assim, é bem nítida a dominância da dimensão econômica sobre as demais, mesmo e, notadamente no âmbito das políticas públicas. Mais recentemente ainda, o governo provisório de Temer, priorizou acentuado ajuste fiscal na esfera da política econômica, o qual, por consequência, afetou outras áreas, ou seja, outras políticas públicas.

No que diz respeito ao desenvolvimento local, embora alguns autores atribuam maior ênfase ao papel desempenhado pelos arranjos produtivos locais, ou APL's (da Silva, Marini, 2012; Tavares, 2010), como também aos clusters (Meyer-Stamer, 2000), outras abordagens propõe uma visão mais interdisciplinar.

Até antes da promulgação da nova constituição brasileira em 1988, a promoção do desenvolvimento estava centralizada e a cargo no governo central. Daí em diante, um novo pacto federativo fora firmado, o qual, por seu turno, ao descentralizar aquela atribuição, transferia para os estados regionais e para os municípios, a tarefa de promover o desenvolvimento.

Assim, podemos conceber o desenvolvimento territorial/local como sendo um

[...] processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região. O processo de desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas de

agentes locais/regionais, nas quais o território seria o agente/ator principal do desenvolvimento, e as políticas públicas, as instituições, as organizações e as governanças seriam os recursos específicos, a um só tempo disponível e a serem criados (inventados e/ou inovados) no local ou região, [...]. O desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local e específica [...] (Pires, 2007, p.160)

A priori parece ser simples tal recomendação, porém a dificuldade maior residiria na transição do argumento teórico (dimensão positiva) para uma efetiva postura prática (dimensão normativa), mesmo porque isto exigiria uma prévia mudança de caráter cultural e político.

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação. (Martins, 2002, p. 52)

Eis porque promover o desenvolvimento local não é tão fácil, pois, acatando a proposição de Pires (2007) e de Martins (2002), podemos entender que a promoção do desenvolvimento local é um processo de construção coletiva e participativa. Assim, avançar nesta direção demandaria remover certos óbices que travam esta mesma proposição, pois, para torná-lo coletivo, seria necessário mudar a cultura do individualismo para uma postura não mais baseada tão somente na primeira pessoa (eu), assim, urge despertar nas pessoas uma postura diferente assentada na terceira pessoa (nós). Uma outra, e também importante mudança, esta de caráter político, está relacionada à necessidade de democratizar a política, notadamente permitir maior participação da sociedade civil na construção da agenda de políticas públicas, vale dizer ampliar o leque de atores políticos que devem participar da montagem daquela mesma agenda.

Os atores políticos são elementos catalisadores desse processo. Eles são diversos e possuem características distintas: políticos burocratas; empresários, trabalhadores/sindicatos, servidores públicos e meios de comunicação. [...] Enfim, as organizações políticas (partidos, sindicatos e grupos de interesse) são fundamentais para que as demandas entrem na agenda política do governo e, lá presentes, possam se transformar em ações e programas concretos. (Januzzi, 2011, p. 261).

Não seria enfadonho ressaltar, que, via de regra, a emoção contida no discurso de campanha, ganha tamanha força, que pode acabar convencendo o eleitor a declinar preferência pelo carisma do candidato, mesmo ele não dispondo e/ou apresentando um plano de governo. Assim, a subjetividade da promessa, supera a objetividade de que deveria estar explícita, ao menos, nas diretrizes gerais de uma proposta mais bem fundamentada num programa de governo.

Outra questão que torna o desenvolvimento local uma tarefa difícil execução, reside no fato, de que o tripé da política pública municipal, está ancorado basicamente na assistência social, na educação e na saúde, além do que, a exiguidade de recursos financeiros – como é o caso da grande maioria dos municípios brasileiros – impede que a política pública local tenha um alcance maior.

3. Metodologia

Considerando a promoção da sustentabilidade como objetivo de todo desenvolvimento contemporâneo, a presente pesquisa trata-se de uma pesquisa qualitativa onde, foram pesquisados os pressupostos teóricos aplicados na formulação das políticas públicas brasileiras, a partir da década de 1970, comparando-os com os pressupostos da sustentabilidade à luz da teoria sistêmica. Assim se faz importante alguns apontamentos.

Considerando o Desenvolvimento Sustentável como objetivo maior das políticas públicas da atualidade, é importante destacar os seguintes aspectos: a) Considera-se desenvolvimento sustentável o desenvolvimento do todo, que em uma ótica global, abrange todos os países, assim como todas as classes sociais e suas relações; b) Para que possa ser sustentável, deve obedecer os pressupostos da sustentabilidade, que considera que o desenvolvimento deva abranger as necessidades da geração atual, assim como da gerações

futuras; c) O objetivo maior dos Estados está na promoção de Qualidade de Vida e, não o puro e simples aumento de riqueza.

Em relação à aplicação da teoria sistêmica, procuramos representar os subsistemas sociais em duas perspectivas, a) Dimensões do Desenvolvimento e b) Instituições Sociais. Na perspectiva das Instituições sociais, considerou-se as esferas de atuação do agente social – indivíduo –, em três subsistemas: 1) Famílias, 2) Empresas/Corporações e, 3) Governo. Apesar de acreditarmos haver um maior número de subdivisões, como por exemplo, a cultura e o esporte, acreditamos que estes três satisfazem nossos objetivos de observação.

4. Discussão, à luz da teoria sistêmica

Segundo a teoria sistêmica, a sociedade deve ser observada como um organismo vivo, que tem como característica a complexidade. Essa maneira de ver a sociedade, considera que “o todo é maior que a soma das partes” (Bertalanffy 1975; Capra, 2006b), dando importância maior ao contexto e às inter-relações sistêmicas existentes na complexa cadeia de relacionamentos da sociedade.

O primeiro critério, e o mais geral, é a mudança das partes para o todo. Os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes menores. Suas propriedades essenciais, ou “sistêmicas”, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das “relações de organização” das partes – isto é, de uma configuração de relações ordenadas que é característica dessa determinada classe de organismos ou sistemas. As propriedades sistêmicas são destruídas quando um sistema é dissecado em elementos isolados. (Capra, 2006b, p. 46)

Desse ponto de vista, como fora argumentado, as políticas públicas adotadas em nosso país, principalmente após a década de 1970, obedeceram os paradigmas da ciência positivista, perpetrados pelos pressupostos da teoria econômica liberal. Dessa maneira, na formulação destas políticas não observaram estas interconexões e inter-relações existentes no sistema social, promovendo políticas de desenvolvimento pontuais, voltadas para a industrialização e o crescimento econômico do país.

Após o período que vai de 1930 a 1980, o Brasil tem uma mudança na forma de condução da política econômica, que deixa de obedecer os critérios do Nacional Desenvolvimentismo³ e inicia a fase de utilização dos pressupostos liberais com o Modelo Liberal Periférico – MPL – adotado no governo de Fernando Collor, evoluindo no governo de FHC e, consolidando-se no governo Lula (Gonçalves, 2013).

Este modelo, por sua vez, tem como base teórica, os preceitos desenvolvidos pelo liberalismo de Adam Smith, quais sejam, os do individualismo, onde acreditava-se que o interesse individual seria capaz de equilibrar as condições de cada indivíduo perante à sociedade como um todo. Por sua vez, este valor social que fomentou valores como a egoísmo e a ambição, que permearam o comportamento de todas as instituições sociais, servindo de base para o comportamento individual.

Segundo Gonçalves (2013, p. 60-61),

O notável processo de industrialização é informado pelos indicadores básicos. A participação da indústria de transformação no PIB mais que duplicou entre 1930 e 1980. [...] O PIB per capita da indústria de transformação cresceu praticamente 15 vezes no período entre 1930-1980. [...] A injustiça social foi, portanto, outro componente marcante da herança nefasta da Era Desenvolvimentista. A ausência de reformas estruturais também deixou o país com significativas deficiências na saúde, saneamento, educação, moradia, segurança, [...]. Ademais, o desenvolvimento institucional não acompanhou o desenvolvimento econômico. [...]

De onde podemos perceber o forte viés econômico nas políticas de desenvolvimento perpetradas em nosso país, até mesmo, antes do período em análise. Essa herança nefasta no setor social, como argumentado por Gonçalves, deve-se em certa medida, à fragmentação do planejamento e execução das políticas públicas, que por sua vez seguiram o paradigma positivista, em que acreditava-se que primeiro deveríamos fomentar o crescimento econômico e, que este, por sua vez, se reverteria em benefícios para a sociedade.

Para Capra (2006a, p. 183-184)

O erro básico das ciências sociais consiste em dividir essa textura em fragmentos supostamente independentes, dedicando-se a seu estudo em departamentos universitários separados. Assim, os cientistas políticos tendem negligenciar forças

econômicas básicas, ao passo que os economistas não incorporam em seus modelos as realidades sociais e políticas. Essas abordagens fragmentárias também se refletem no governo, na cisão entre a política social e econômica [...]

Um exemplo deste viés pode ser observado no principal plano de desenvolvimento do país no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – que, segundo o Ministério da Fazenda, apresenta os seguintes eixos:

Os eixos do PAC dividem-se em cinco grandes blocos: (1) investimento em infraestrutura; (2) estímulo ao crédito e financiamento; (3) melhoria do ambiente de investimento; (4) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e (5) implantação de medidas sociais de longo prazo (apud. Chagas, Carvalho, Marquesan, 2015, p. 281).

Nos dando uma ideia de como estes pressupostos, do liberalismo econômico, fomentaram os valores do planejamento público nacional, haja visto que, conforme apresentando na citação acima, vemos no principal plano dos últimos governos um foco estreitamente ligado ao estímulo ao consumo em quatro dos cinco principais eixos do plano.

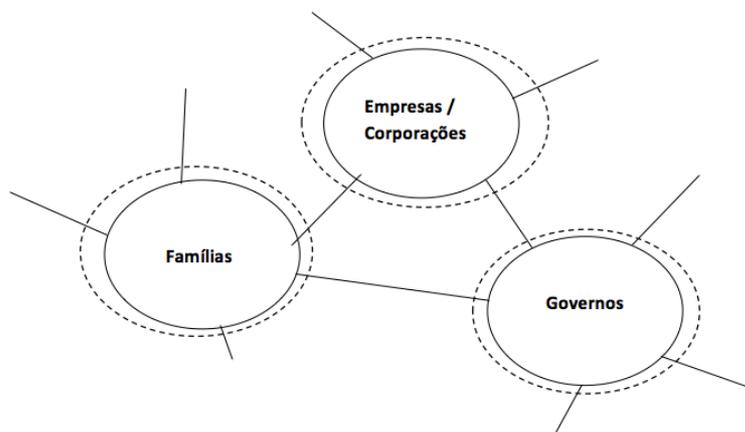
Este viés pode ser percebido ainda na situação de endividamento das famílias brasileiras que, segundo dados do Banco Central, em abril de 2015 alcançou o maior índice em sua série histórica que, teve início em janeiro de 2005, com 46,3% (Froufe, 2015).

Ou seja, o pensamento fragmentado tende a dinamizar o desenvolvimento dos subsistemas individualmente, porém ao se desenvolverem individualmente, estes não dinamizam as forças do sistema social, de maneira a tornar eficaz o desenvolvimento do todo. Ao desenvolvermos o raciocínio em uma base fragmentada, pode ocorrer de darmos maior ênfase a um ou outro subsistema, com isso, um dos subsistemas pode ganhar mais força perante o todo e, assumir certo controle sobre os demais.

Ao analisarmos o esquema sistêmico da sociedade, na perspectiva das políticas públicas apresentado na figura 1, podemos perceber como as políticas públicas foram e, são formuladas de forma fragmentada, dada a relação de ministérios e secretarias para cuidar de cada uma das partes – Econômico; Social; Humano; Tecnológico; e Científico.

Com uma perspectiva da sociedade baseada no agente social, a qual foi base para o conceito de desenvolvimento elaborada por Amartya Sen (2010), o conceito de Desenvolvimento como Liberdade, poderemos ver ao menos três subsistemas em que os indivíduos tem capacidade de atuar. Correndo o risco de simplificar demais, as estruturas sociais – ou instituições sociais – que fazem parte deste complexo jogo de forças, podem ser observadas na figura 2, nos subsistemas: a) Famílias; b) Empresas/Corporações; e c) Governos.

Figura 2: Estruturas Sociais em uma perspectiva Sistêmica



Fonte: Elaboração dos autores

Partindo desta representação sistêmica, em uma república democrática representativa, a forma de atuação dos indivíduos no subsistema Governo, é principalmente através do voto, que diga-se de passagem, em nosso país tem atingido pouca representatividade da vontade popular, haja visto os recentes protestos amplamente divulgados. Nos subsistema Empresas/Corporações, estes mesmos indivíduos podem assumir duas posições, a de vendedores de mão-de-obra – de si mesmos – ou de compradores, como empresários.

Em relação ao subsistema Famílias assumem a posição de consumidores e, ou, eleitores. Essa relação com o sistema social assume importância, na medida em que cada indivíduo é responsável por escolher seus governantes, assim como, de certa forma escolher para quem irão vender sua força de trabalho. Vale considerar aqui que, em uma economia de

mercado, os agentes, como consumidores, ao escolherem as marcas de produtos que irão consumir e, em certa medida determinam os empregadores que sobreviverão no mercado.

Esta contraposição de pontos de vista de investigação se faz importante na medida em que podemos verificar com mais eficácias as forças presentes na sociedade. Vemos na figura 1 – Dimensões do Desenvolvimento, a forma como as políticas públicas são formuladas em subsistemas de atuação e, partindo da base fragmentada, como hoje são vistas estas áreas, cada uma buscará sobrepor as demais.

Outro aspecto importante ao analisar o paradigma de livre mercado, vigente em nosso país, é o descasamento de forças sociais representadas na figura 2 – Estruturas Sociais. Uma vez que, este paradigma, pressupõem que a esfera de governo, deve se ausentar dos mecanismos de desenvolvimento, deixando assim, que os demais subsistemas – Empresas/Corporações e Famílias coordenem as perspectivas de desenvolvimento exemplificadas na figura 1: a) econômico; b) social; c) humano; d) tecnológico; e e) científico.

Ao fazer isso, o subsistema Governo que, em teoria, deveria ser o regulador entre os subsistemas Empresas/Corporações e Famílias, deixa à cargo do subsistema Empresas/Corporações, em razão de seu poder econômico, a responsabilidade de regular o sistema como um todo. Cabe observar aqui que, ao ficar a cargo desta função, o subsistema Empresas/Corporações tende à promover seus próprios interesses e, se considerarmos como principal destes, a promoção do consumo, entenderemos a contradição posta em prática entre os preceitos da sustentabilidade e da economia de livre mercado.

Assim, se observarmos o desenvolvimento tecnológico das sociedades contemporâneas, por exemplo, veremos uma enorme gama de produtos, que são desenvolvidos com o intuito de aumentar, ainda mais, os níveis de consumo da população. Fato esse, totalmente contrário aos princípios da sustentabilidade.

Acreditamos que, este fato ocorre em função da falta de sinergia entre os subsistemas sociais, onde o desenvolvimento tecnológico, no paradigma social que vivemos, visa fomentar o desenvolvimento econômico, através de: a) produtividade; e b) aumento de consumo, sem se preocupar com os efeitos na sociedade – ou subsistema Famílias –, assim como no meio ambiente – ou no sistema como um todo.

Dessa maneira, como temos observado nas sociedades contemporâneas, o subsistema das Empresas/Corporações, tem assumido grande força na formulação de políticas públicas e/ou instrumentos de promoção do desenvolvimento, pois via de regra é o principal financiador de investimentos na sociedade. Considera-se nesta perspectiva, os investimentos de todos os setores da economia, como: extrativista/mineral, agropecuário, industrial, comercial e financeiro, tanto público, como privado.

Como fora argumentado, esse fato pode ser observado, na recente política de nosso país, que buscou promover desenvolvimento através do incentivo ao consumo, ampliando crédito⁴ com vistas ao crescimento da economia. Para Capra (2006a, p. 186)

A evasão de questões relacionadas com valores levou os economistas a voltar-se para problemas mais fáceis, mas menos importantes, e a mascarar os conflitos de valores mediante o uso de uma elaborada linguagem técnica. [...] Assim, a indústria e o comércio contratam exércitos de economistas a fim de prepararem análises de custo/lucro que convertem opções sociais e morais em opções pseudotécnicas, e, desse modo, ocultam conflitos de valores que só podem ser resolvidos politicamente.

Fazendo um contraponto com a perspectiva do agente social (Sen, 2010), não se verifica nas principais políticas públicas brasileiras de desenvolvimento, investimentos sociais direcionados para a promoção das capacidades do indivíduo como agente social. Nesta perspectiva as políticas públicas deveriam promover o desenvolvimento sustentado, através de investimentos em capacitações sociais como: “(1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora.” (Sen, 2010, p. 25). Para Sen,

Cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa. Eles podem ainda atuar complementando-se mutuamente. As políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas mas inter-relacionadas. (ibid. p. 25)

O fato é que ao promover o desenvolvimento da sociedade com base no consumo, ou seja, no subsistema econômico, deixa-se de lado importantes questões sociais e humanas que inter-relacionam-se com o desenvolvimento econômico, pelos fatos observados nas teorias do Capital Humano (Schultz, 1967) e do Capital Social (Putnam, 2002), no que tange ao sistema educacional e as condições que este promove nos indivíduos, através de uma educação capaz de promover valores morais e comportamentos éticos condizentes com uma sociedade igualitária e, por consequência sustentável.

Considerando esse ponto de vista, vemos então, que a esfera governamental-política assume grande importância no equacionamento destas questões, buscando assim, promover desenvolvimento sustentável. Ou seja, deve haver um interesse comum, que só pode ser equacionado nesta esfera da sociedade, pois, as Empresas/Corporações responsáveis por oferecer produtos e serviços necessários para a vida em sociedade, dentro do paradigma vigente – de livre mercado e ou competição –, tem como primeiro objetivo, promoverem a si mesmas. Neste ponto de vista, as famílias e indivíduos que compõe a sociedade, são vistos apenas como recursos, criando assim um conflito de interesses.

Do ponto de vista do subsistema Famílias, ou indivíduos, a esfera responsável por resolver estes conflitos de interesse, é a governamental, pois nas sociedades contemporâneas, é por esta via que adquirem, ou deveriam adquirir, representatividade frente aos conflitos de interesse presentes entre os dois subsistemas, Corporações Vs. Famílias. O Estado, por sua vez, é responsável por definir as políticas de salário mínimo, de distribuição de renda, entre outros, através de seus mecanismos públicos. Sendo assim, quando se coloca esta responsabilidade no subsistema Empresas/Corporações, perde-se esta possibilidade de

equacionamento, uma vez que este subsistema tenderá a proteger seus interesses, ou seja, buscarão aumentar cada vez mais suas riquezas individuais, consumindo os recursos do planeta.

Sendo assim, o paradigma de desenvolvimento atual, baseado nos pressupostos do liberalismo econômico – livre mercado – tem condicionado o comportamento humano para o individualismo, comportamento contrário ao que muitas pesquisas acadêmicas tem apontado como principal força de desenvolvimento local e regional, qual seja, o Capital Social (Putnam, 2002). Este conceito de capital, tem com uma de suas principais forças o coletivismo, ou seja, a capacidade que a comunidade local/regional tem de se associar em prol de um único objetivo, o desenvolvimento da qualidade de vida.

Desta maneira, contraditoriamente ao seguirmos este paradigma competitivo, que condiciona as decisões das Empresas/Corporações, assim como o comportamento social das Famílias, estamos na contra mão da sustentabilidade, pois via de regra, os participantes da sociedade ao priorizarem interesses próprios, tendem a não enxergar o impacto de suas ações no todo. E com isso, vemos que as principais nações contemporâneas, preferem, muitas vezes, deixar de lado estas questões – veja-se a dificuldade de todos aderirem ao Protocolo de Kyoto –, dando continuidade ao progresso de suas riquezas.

Ora, ao nosso ver, esses são apenas alguns aspectos que geralmente ficam de fora das análises de desenvolvimento que, em geral, ditam os caminhos da formulação de políticas públicas. Como fora argumentado, nosso país, como outros, busca organizar-se à luz das teorias econômicas neoliberais, que tem sua principal característica no afastamento do Estado e da esfera Governamental, das importantes decisões, assim como no afastamento da responsabilidade desta esfera, na promoção de melhores condições sociais e humanas, capazes de promover o desenvolvimento da sociedade em geral, ou de um desenvolvimento que possa ser considerado sustentável.

Considerações finais

Por fim, vale destacar que, enquanto estivermos guiados por um paradigma que prioriza o aumento da riqueza, que tem como norte o individualismo, a meritocracia, sem uma Instituição Social capaz de equacionar as desigualdades presentes nas diferenças de renda, de educação, como no acesso à instrumentos sociais libertadores, será impossível alcançarmos os caminhos da sustentabilidade.

Vemos que, desde o início as ciências sociais fragmentadas não foram capazes de interagir, associando-se a um único objetivo, qual seja, o de promover a qualidade de vida. Desta maneira, todas as Instituições Sociais refletiram esse paradigma, que permeou importantes decisões que pautaram o desenvolvimento, em seus amplos aspectos – social, humano, econômico, tecnológico e científico.

Este paradigma que se refletiu em todas as ciências sociais, assim com em nossas instituições, como vimos, promove o individualismo, em detrimento do coletivismo como base de seu comportamento ético e, é totalmente contrário aos pressupostos da sustentabilidade, uma vez que incentiva cada vez mais o consumo de recursos naturais, sem se preocupar com seu esgotamento. Além de outros efeitos colaterais, como por exemplo, a violência social perpetrada pela diferença de classes e a dificuldade de ascensão entre elas.

Desta maneira, acreditamos ser mais que urgente considerarmos novos paradigmas sociais, principalmente, em nossas estruturas e Instituições Sociais, bem como em suas formas de atuação, perante a sociedade em geral. Urge a necessidade de encontrarmos uma instituição capaz de aglutinar e, equacionar as diferentes necessidades de cada uma destas instituições, como por exemplo, no conflito entre Famílias e Corporações, como ainda, no fomento de novos objetivos para cada uma destes subsistemas, visando a construção de um desenvolvimento que possa ser considerado sustentável.

Referências

- Bertalanffy, L. V. (1975). Teoria geral dos sistemas. Tradução de Francisco M. Guimarães. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL.
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). O conceito histórico de desenvolvimento econômico. São Paulo: EESP/FGV, TD 157.
- Capra, F. (2006a). O ponto de mutação. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix.
- Capra, F. (2006b). A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix.
- Chagas, P. B.; Carvalho, C. A.; Marquesan, F. F. S. (2015). Desenvolvimento e Dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. *O&S*, v. 22, n. 73, p. 269-289. abr./jun. Salvador.
- Fariza, I. (17/10/2015). 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta. Madrid: El país. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html Acesso em: 04/08/2016.
- Froufe, C. (15/06/2015). Endividamento das famílias é o maior em 10 anos, diz Banco Central. São Paulo: Estadão. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,endividamento-das-familias-brasileiras-e-o-maior-em-10-anos--diz-bc,1706608> Acesso em: 16/09/2016.
- Furtado, C. (1967) Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional.
- Furtado, C. (1974). O mito do desenvolvimento econômico. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Gates, D. (1974). Modificações do clima a serviço da humanidade. Promeça ou Perigo? In: H. W. Helfrich (coord.). A crise ambiental: a luta do homem para viver consigo mesmo. Tradução de Cláudio Gilberto Froelich e Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo.
- Gonçalves, R. (2013). Desenvolvimento às avessas: verdade, má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC.
- Jannuzzi, P. de M. (2011). Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *IPEA – Planejamento e Políticas Públicas*, n. 36, jan/jul. Brasília.
- Kuznets, S. (1966) O crescimento econômico do pós-guerra. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. (Perspectivas do Nosso Tempo)
- Marini, M. J., & da Silva, C. L. (2012). Desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. *Revista Brasileira de Gestão do Desenvolvimento Regional*. v.8, n. 2, mai-ago. Taubaté.
- Martine, G. (org.). (1996). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Martins, S. R. O. (2002). Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 3, n. 5, p. 51-59, set. Campo Grande.
- Meyer-Stamer, J. (2004). Porque o Desenvolvimento Econômico Local é tão difícil, e o que podemos fazer para torná-lo mais eficaz? São Paulo: Análises e Propostas: Fundação Friedrich Ebert Stiftung.
- Piketty, T. (2014). O capital no século XXI. Tradução de Monica Baungarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca.

- Pires, E. L. S. (2007). As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. *INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v. 8, n. 2, p. 155-163, set. Campo Grande.
- Putnam, R. D. (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Com Robert Leonard e Raffaella Y. Nanetti. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rover, O. J., & Henriques, M. A. (2006). A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 75, p. 117-137, Outubro.
- Sen, A. (2010) *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia da Letras.
- Schultz, T. W. (1967). *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Smith, R. (28/07/2016). *Capitalismo verde, deus fracassado*. Tradução de Inês Castilho e Antonio Martins. Brasil: Jornal Outras Palavras. Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=89373 acesso em 02/08/16.
- Tavares, H. M. (2011). Estratégias de desenvolvimento regional: Da grande indústria ao Arranjo Produtivo Local? *Revista Brasileira de Gestão do Desenvolvimento Regional*. v. 7, n. 1, p. 50-68, jan-abr. Taubaté.
- UNSTATS – United Nation Statistics Division – National Accounts.

¹ De acordo com os dados da UNSTATS (United Nation Statistics Division) National Accounts

² De acordo com os dados da UNSTATS - National Accounts

³ Modelo de desenvolvimento que apoiou-se no trinômio: industrialização substitutiva de importações; intervencionismo estatal; e nacionalismo, culminando na formação de uma economia industrial moderna com o fortalecimento do mercado interno (GONÇALVES, 2013).

⁴ Haja visto a formulação de dois importantes programas de desenvolvimento, fomentados pelas políticas de crescimento dos últimos principais governantes, PRONAF do Fernando Henrique Cardoso e o PAC promovido por Luis Inácio Lula da Silva e continuado por Dilma Rousseff em programas como Minha Casa Minha Vida, que via de regra, usam como ferramenta de fomento econômico, o acesso ao crédito (Rover & Henriques, 2006; Chagas, Carvalho & Marquesan, 2015).